

Apresentação

Marina Monteiro Machado*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Claudio Miranda Correa**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Internacional Celso Furtado
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Caras e Caros leitores,

Sejam bem-vindas e bem-vindos a mais uma edição da *Revista Maracanan*, publicação científica quadrimestral editada pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Seguindo o objetivo de divulgar contribuições inéditas e originais de pesquisadores do Brasil e do exterior, este número é composto por três seções principais (entrevistas, artigos e traduções), trazendo uma série de temas e problemas que abarcam desde as reflexões teóricas sobre o fazer do historiador, até estudos de caso que tomam períodos e regiões bem delimitados no tempo e no espaço. De forma complementar aos dossiês temáticos, a equipe responsável pela coordenação do periódico tem buscado oferecer à comunidade científica ao menos uma edição livre por volume, cujos textos são todos recebidos em fluxo contínuo.

* Editora Associada da Revista Maracanan. Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas e Programa de Pós-graduação em História. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Vice-Coordenadora do INCT-Proprietas; Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ e bolsista Prociência pela UERJ. E-mail: marina.machado@uerj.br
 <https://orcid.org/0000-0001-7093-3904>  <http://lattes.cnpq.br/5955676567988660>

** Editor Assistente da Revista Maracanan. Bolsista de Apoio Técnico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Secretário Executivo do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: correa.claudio@posgraduacao.uerj.br
 <https://orcid.org/0000-0003-0818-7183>  <http://lattes.cnpq.br/6904705846004432>

Assim, abrindo espaço para diversas dimensões e enfoques historiográficos e à pluralidade, tão necessária às ciências humanas de forma específica e a sociedade como um todo.

Em novembro de 2023, a Embaixada da França trouxe ao Brasil o professor François Dosse, para uma turnê de lançamento do livro *A saga dos intelectuais franceses, 1944-1989* (2023), cuja edição brasileira está publicada em dois volumes pela Estação Liberdade. Acompanhado de seu editor e da representante do Escritório do Livro da Embaixada, Dosse veio até o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ com duas agendas. Primeiro, para proferir uma conferência de cerca de duas horas, traçando um panorama, bastante sistemático, da atuação dos intelectuais desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o bicentenário da Revolução Francesa e a queda do Muro de Berlim. Missão cumprida com excelência, auditório lotado e aplausos de pé. Segundo, para uma entrevista – a muitas mãos, ou bocas – com a *Revista Maracanan*. Bem habituados com a escrita do autor de *A História em Migalhas*, bibliografia obrigatória das disciplinas de introdução aos estudos históricos país a fora, nossa alça de mira se voltou para questões transversais, que pudessem mobilizar respostas úteis a historiadores experientes e em formação. Assim, a interrogação inicial resultou em um balanço sobre a atualidade da historiografia produzida pela Escola dos Annales. Em seguida, falou-se da abertura da História a outras epistemologias, outras escalas e conexões, à contrapelo das perspectivas eurocêntricas. E, por fim, sobre a importância da produção historiográfica brasileira na área de Teoria da História e História da Historiografia, apesar das limitações idiomáticas de lado a lado.

A seção de artigos é aberta por Thiago Alves Dias, com um texto dedicado às efemérides e às comemorações de um centenário, **Ana e as carrancas de uma vida: trabalho, migração e arte no sertão do Brasil (1923-2023)**. Mais do que relembrar, o autor utiliza a análise biográfica e a farta literatura especializada para traçar paralelos históricos que evidenciam problemas sociais e econômicos estruturais. Neste sentido, as questões raciais e de gênero aparecem como pano de fundo de uma história de vida que se confunde em diversos aspectos com a de tantas mulheres negras na luta por condições de vida dignas ao longo do século XX.

Explorando a interseção entre campos distintos e limítrofes, Evander Ruthieri se debruça sobre o romance de estreia da autora zimbabuana Tsitsi Dangarembga, *Condições Nervosas* (1988). A partir das interlocuções entre História e Literatura e dos estudos africanos, a análise da obra busca investigar os processos de formação de subjetividades de gênero na sociedade colonial, abordando os debates políticos em torno da descolonização e consolidação da nação, sem perder de vista a perspectiva da construção de espaços e de protagonismo feminino. É sobre esta trama que se baseia **História, literatura e (pós)colonialismo: política e gênero em *Condições Nervosas*, de Tsitsi Dangarembga (Zimbábue, décadas de 1960-1980)**

Passando da história escrita para a história contada, temos o artigo de Alan Crhstian Quadros Alvão, **Uma “cabrita” da rede: a arte de contar a pesca em uma comunidade de pescadores artesanais**. Segundo explica o autor, o termo “cabrita” nomeia uma

organização momentânea da pesca voltada para complementação de renda e da dieta das famílias. A análise empreendida toma como objeto uma experiência narrada por pescadores artesanais da comunidade de Quatipurú Mirim (Tracuateua/PA). Parte-se da história oral como metodologia, com relatos que emergiram em entrevistas, em um exercício de tensionamento das fontes enquanto “performances narrativas”. O argumento é que no terreno da tradição oral, a audiência é um dos condicionantes às “estratégias de comunicação”, sendo elemento nem sempre presente à entrevista enquanto fonte.

No bloco de artigos sobre história da alimentação, temos três contribuições. Em **Quem trabalha, come: cozinhas ao ar livre no espaço urbano de Luanda (1960-1970)**, Karina Helena Ramos analisa os hábitos alimentares de consumo influenciados pela nova ordem econômica e política mundial e as formas de resistência adotadas pelas populações locais. São utilizadas diferentes tipologias documentais no estudo, como periódicos, documentos médico-nutricionais e pareceres de autoridades coloniais, além de entrevistas com indivíduos que vivenciaram tais mudanças. Em seguida, temos **Apontamentos para a alimentação nos conventos franciscanos da América portuguesa meridional**, de Edson Tadeu Pereira. Na senda da história do abastecimento, aparece o espaço colonial luso-brasileiro da província da Imaculada Conceição. A partir de fontes variadas, desvenda-se a conotação moral no consumo cotidiano no recolhimento entre os séculos VXII e XVIII. Por fim, **A alimentação para o estudo da história das religiões**, de Leandro Vilar Oliveira, explora em sua pesquisa as definições de alimento sagrado e de tabus alimentares, expressão que utilizada para designar os itens ou preparos não-recomendados ou cujo consumo é proibido dentro de certo culto, segmento ou matriz religiosa.

Um segundo conjunto de artigos com temática a fim trata da história da exploração territorial, da organização política e das resistências na América colonial espanhola. Em **A periferia como centro: a fronteira austral do império espanhol no Setecentos**, Maria Cristina Bohn Martins reflete sobre a relação entre os interesses e as necessidades dos agentes coloniais, da coroa e religiosos, frente às realidades e situações locais, partindo do estudo de caso da “Expedición de la Fragata San António”. Nathalia Claro Moreira, em **A Incúria dos Curas: a violência dos padres substitutos e a resistência indígena nas missões de Moxos (Bolívia, 1768-1786)**, investiga a atuação dos sacerdotes católicos que substituíram os jesuítas após sua expulsão e a sistemática oposição local à violência destes, em denúncias escritas e orais registradas junto às autoridades coloniais. Alexandre Belmonte, em **Família, morte e cultura material na era das rebeliões: nota de pesquisa sobre testamentos indígenas em Charcas (1750-1800)** parte de uma análise por amostragem para levantar informações sobre a composição étnica, estruturas familiares, religiosas e sociais deixadas ver pela documentação. Por fim, em **Os parlamentos hispano-mapuche no período colonial: um exercício de interpretação histórica à luz da cosmo-história e da cosmopolítica**, Alexandra Seixlack utiliza os conceitos de cosmo-história e de cosmopolítica como alternativas teórico-metodológicas para empreender um exercício de interpretação para além da visão canônica, ocidentalizada, de outras culturas e períodos históricos.

Eduardo Wright Cardoso nos oferece **Entre muros e pontes: as reapropriações historiográficas contemporâneas do legado retórico antigo**. Mobilizando visões diferentes sobre a relação entre história e retórica, entre aproximações e distanciamentos, o artigo traça um panorama pormenorizado da discussão desde a década de 1970, momento caracterizado pelo chamado “giro linguístico”. Assim, aborda desde as proposições de Hayden White, passando pela crítica de Arnaldo Momigliano, até a retoma da questão por Paul Ricoeur e seus desdobramentos.

Em **O que resta do futuro após o fim da história? A hipótese presentista e a (in)disponibilidade da história**, Mauro Franco Neto analisa o conceito de “presenteísmo”, enunciado por François Hartog, apontando as insuficiências teóricas e políticas da hipótese para compreensão dos historiadores, e da sociedade, acerca das questões contemporâneas. No lugar do fim das utopias, argumenta que a leitura atual de futuro está associada a interpretação das condições objetivas da vida no planeta. Uma perspectiva que se coloca, em sua leitura, em acordo com a nossa experiência de tempo.

Encerra a seção de artigo o texto de Gabriel Felipe Oliveira de Mello, **“Nem inferno verde nem um paraíso perdido”: o papel da Amazônia no pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos (1950-1975)**. Investigando a figuração feita por estes dois intelectuais e militares, o autor propõe que o caráter simbólico da floresta foi formatado a partir de determinantes ideológicas estabelecidas na conjuntura do pós-II Guerra Mundial. Neste sentido, a floresta assumiu um lugar de destaque no pensamento político brasileiro no terceiro quarto do século XX, configurando-se um imaginário para além do espaço geográfico.

Por fim, apresentamos o artigo **¿Tiene sentido aún hablar del perdón político?**, de Eva Hamammé e Sebastián Peredo, em tradução para a língua portuguesa, sob o título **Faz sentido ainda falar em perdão político?** No texto, os autores advogam contra o uso excessivo, e abusivo, de expedientes como a anistia, após regimes políticos de exceção na América Latina. Sua proposta se dirigira, a partir de consistente arcabouço teórico, para o resgate de um sentido distinto de “perdão político”, capazes de reconciliar a sociedade de forma significativa e sem recair em “farsas” ou “esquecimentos”.

Boa leitura!